



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 8 - Número 458 - 11/05 a 15/05/2026

Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos do TST

Destaque da Semana

[Lei que institui igualdade salarial entre homens e mulheres é constitucional, decide STF](#)

Supremo Tribunal Federal - 14/05/2026

Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) validou trechos da lei que institui igualdade salarial entre homens e mulheres que exerçam a mesma função. A decisão foi tomada na sessão desta quinta-feira (14), no julgamento de três ações sobre o tema.

A Lei 14.611/2023 obriga empresas com mais de 100 empregados a divulgar salários e critérios remuneratórios em relatórios de transparência a serem enviados ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sob pena de multa. Uma vez constatada a desigualdade salarial, elas devem elaborar um plano de ação para mitigá-la, com metas e prazos.

Para o Tribunal, a norma efetiva comandos constitucionais de combate à discriminação de gênero e promoção da igualdade remuneratória.

Instrumentos

Em seu voto, o relator das ações, ministro Alexandre de Moraes, afirmou que a lei cumpre o objetivo de dar transparência a dados atualizados sobre a desigualdade de gênero no Brasil, além de enfrentar os fatores sociais estruturais que ocasionam essa distorção remuneratória. “Não é possível a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, um dos objetivos fundamentais da República, se houver discriminação de gênero”, disse.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[TST abre prazo para manifestações sobre momento de juntada de documentos a ações trabalhistas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/05/2026

O ministro Fabrício Gonçalves, do Tribunal Superior do Trabalho, publicou edital para convocar pessoas, órgãos e entidades interessados a se manifestar sobre a possibilidade de juntada de documentos numa ação trabalhista depois da apresentação da defesa. A controvérsia jurídica será analisada pelo Pleno da Corte no IncJulgRREm-bRep-0000213-62.2023.5.12.0059..

[Nome social no trabalho: respeito à identidade e dever de prevenir discriminação](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/05/2026

No mundo do trabalho, o enfrentamento à discriminação passa por medidas concretas de respeito à identidade, entre elas o uso do nome social, cada vez mais reconhecido pela Justiça do Trabalho como um direito diretamente ligado à dignidade da pessoa humana.

[Gordofobia: dispensa de consultora comercial é reconhecida como discriminatória](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/05/2026

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu que houve discriminação por gordofobia na dispensa de uma consultora comercial da Harpo Tecnologia de Dados Ltda., de Bauru (SP). Com isso, o processo retornará à segunda instância para que o caso seja julgado a partir dessa premissa. O relator lembrou que a Súmula 443 do TST presume como discriminatória a dispensa de pessoas com doenças graves ou que causem estigma ou preconceito.

RADAR TRABALHISTA

[Justiça do Trabalho deve julgar ação contra União sobre combate ao trabalho escravo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/05/2026

Por unanimidade, a Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que a Justiça do Trabalho é competente para julgar uma ação do Ministério Público do Trabalho (MPT) para assegurar recursos da União para o combate ao trabalho análogo à escravidão. Segundo o colegiado, cabe à Justiça trabalhista garantir o cumprimento das normas de proteção ao trabalhador e dos direitos fundamentais no ambiente de trabalho, ainda que não exista vínculo formal de emprego.

[Assédio moral: Justiça do trabalho recebeu 600 mil casos de 2020 a 2025](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/05/2026

Cobranças excessivas, comentários constrangedores, tratamento agressivo, intimidação e ameaças de punição caso não se cumpra determinada tarefa ou a negativa de oportunidades de trabalho e promoção. Esses são alguns exemplos de condutas de assédio moral no ambiente de trabalho, prática que fere a dignidade e compromete a saúde física e emocional de trabalhadoras e trabalhadores.

[TST abre inscrições para preenchimento de vaga de ministra ou ministro destinada à magistratura](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/05/2026

O Tribunal Superior do Trabalho receberá, de 12 a 25 de maio, inscrições de desembargadoras e desembargadores interessados em concorrer à vaga de ministro destinada a integrantes de Tribunais Regionais do Trabalho oriundos da magistratura de carreira. A abertura das inscrições foi informada às presidências dos Tribunais Regionais do Trabalho pelo presidente do TST e do Conselho Superior do Trabalho (CSJT), ministro Vieira de Mello Filho, em ofício com as informações necessárias às pessoas interessadas. A vaga decorre da aposentadoria da ministra Dora Maria da Costa.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

[Novo sistema do PAT entra no ar com atualização obrigatória de cadastro](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 15/05/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) disponibiliza à sociedade o novo sistema do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). A nova plataforma pode ser acessada pelo endereço: novopat.trabalho.gov.br e passa a concentrar os serviços de cadastro e atualização das informações dos participantes do programa.

[Luiz Marinho defende em SP redução de jornada para 40 horas semanais com dois dias de folga remunerados](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 14/05/2026

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, defendeu nesta quinta-feira (14), em São Paulo, a aprovação da proposta que estabelece a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, com dois dias de descanso remunerado. A declaração foi feita durante audiência pública da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que debate, nos estados, a PEC 221/2019, voltada ao fim da escala 6x1 no Brasil. “É isso que a PEC precisa definir, o restante deve ser definido por negociação coletiva, na convenção coletiva de cada categoria. Essa discussão da regulamentação deve ser construída entre trabalhadores e empregadores, respeitando especificidades de cada setor”, defendeu Marinho

[Trabalhadores poderão usar saldo do FGTS para quitar dívidas a partir de 25 de maio](#)

Ministério da Previdência Social - 14/05/2026

Os trabalhadores poderão consultar, a partir do dia 25 de maio, o saldo do FGTS disponível para utilização no programa de renegociação de dívidas Novo Desenrola, informa o

RADAR TRABALHISTA

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A medida permitirá o uso de até 20% do saldo do Fundo de Garantia ou até R\$ 1 mil — prevalecendo o maior valor — para amortização ou quitação de dívidas em atraso.

[Luiz Marinho participa em SP de Audiência Pública da Câmara dos Deputados sobre redução de jornada de trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 13/05/2026

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participa nesta quinta-feira (14), às 9h, no Palácio do Trabalhador em São Paulo de Audiência Pública sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 221/2019), que trata do fim da escala 6x1. O evento da Câmara dos Deputados integra o programa “Câmara pelo Brasil”, da Comissão Especial que trata sobre o fim da escala 6x1 que discute a redução de jornada no país.

[Boletim destaca boas práticas em negociações coletivas sobre redução da jornada sem corte de salário](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 11/05/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publica nesta segunda-feira o boletim nº 18 da série Boas Práticas em Negociações Coletivas, com foco em cláusulas que promovem a redução da jornada de trabalho sem redução salarial. A publicação reúne exemplos de acordos e convenções coletivas registrados no Sistema Mediador do MTE que demonstram como o diálogo social pode contribuir para relações de trabalho mais equilibradas e para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

[Curso aborda prevenção e diagnóstico de câncer ocupacional](#)

Fundacentro - 13/05/2026

Nos dias 26, 27 e 28 de maio, das 14h às 18h, a Fundacentro oferece o Curso Prevenção e Diagnóstico de Câncer Ocupacional com participação gratuita. É possível realizar o curso presen-

RADAR TRABALHISTA

cialmente ou totalmente on-line. As aulas presenciais ocorrem no Centro Técnico Nacional, localizado à Rua Capote Valente, 710, Jardim Paulista, São Paulo – SP, com transmissão pelo [canal da instituição no YouTube](#).

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Em audiência, MPT enfatiza papel de sindicatos no combate ao assédio eleitoral](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/05/2026

O Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul (MPT-RS) realizou nesta terça-feira (12/5), a audiência pública “Diálogos com o MPT: Sindicatos, Democracia e Assédio Eleitoral”. O encontro, aberto à comunidade, é um dos cinco que foram ou serão realizados pela campanha Maio Lilás do MPT no Brasil, em Brasília/DF (4/5), Porto Alegre/RS, São Paulo/SP (19/5), Salvador/BA (26/5) e Manaus/AM (2/6). Na ocasião, foi lançada a campanha do Maio Lilás 2026, voltada aos sindicatos da região.

[Trabalhadores são resgatados de condições análogas à escravidão em obra de Sumaré \(SP\)](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/05/2026

O Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizaram, nos dias 03 e 04 de maio de 2026, uma operação de fiscalização em um canteiro de obras localizado no bairro Nova Veneza, em Sumaré, que resultou no resgate de dois trabalhadores em condições análogas às de escravo. A diligência constatou graves violações aos direitos fundamentais e à segurança dos operários, além de alojamentos em condições degradantes.

[Em audiência na Câmara, MPT defende responsabilização de grandes empresas por trabalho escravo em suas cadeias produtivas](#)

Ministério Público do Trabalho - 13/05/2026

O coordenador nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério Público do Trabalho (Conaete/MPT), o procurador do Trabalho

RADAR TRABALHISTA

Luciano Aragão, defendeu a responsabilização de grandes empresas que se beneficiam economicamente do trabalho escravo contemporâneo durante audiência pública realizada na terça-feira (12), na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados. O debate discutiu os desafios para o enfrentamento dessa prática no Brasil.

RADAR TRABALHISTA

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Presidente do SINAIT defende aprovação das matérias que acabam com a escala 6x1 e pede fortalecimento da Inspeção com a convocação do cadastro reserva](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 14/05/2026

O presidente do SINAIT, Bob Machado, defendeu a redução da jornada de trabalho no Brasil durante audiência pública da Comissão Especial, na Câmara dos Deputados, que analisa as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) nº 221/2019, PEC nº 8/2025 e o Projeto de Lei nº 1.838/2026. As matérias tratam, dentre os tópicos, da redução da jornada de 44 para 40 horas semanais. Participaram da audiência o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, sob a coordenação do deputado federal Alencar Santana (PT-SP), e os deputados federais Reginaldo Lopes (PT-MG), Erika Hilton (Psol-SP), Léo Prates (Republicanos-BA), entre outros. Pelo SINAIT, acompanharam as diretoras Rosa Jorge e Olga Valle, a vice-presidente da Delegacia Sindical do SINAIT em Goiás (DS-GO), Livia Caldas, e o conselheiro do Conselho Fiscal Nacional (CFN) da entidade, Alex Myller. O debate ocorreu na Comissão Especial, na quarta-feira, 13 de maio, na Câmara dos Deputados, em Brasília.

RADAR TRABALHISTA

Outras Notícias

[Justiça do Trabalho deve julgar ação por acidente mesmo sem vínculo de emprego](#)

Consultor Jurídico - 15/05/2026

A 8ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo) reconheceu, por unanimidade, a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar uma ação de indenização por danos morais, estéticos e materiais decorrentes de acidente ocorrido durante a prestação de serviços, mesmo na ausência de vínculo empregatício entre as partes. A decisão colegiada deu provimento ao recurso do trabalhador, que ajuizou a ação após sofrer acidente enquanto atuava como pedreiro autônomo em regime de empreitada.

[Acidentes do trabalho crescem e o Brasil pede socorro](#)

Consultor Jurídico - 15/05/2026

O Brasil bateu recorde em acidentes do trabalho em 2025. Foram registrados 806.011 acidentes e 3.644 óbitos, segundo estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego. Conforme essa estatística ocorre 1 acidente a cada 43 segundos. A cada 3,5 a 4 horas um trabalhador morre no Brasil em decorrência de acidente do trabalho.

[Para fins de registro de jornada, é considerado o total de empregados da empresa](#)

Consultor Jurídico - 15/05/2026

A expressão “estabelecimento”, presente no artigo 74 da Consolidação das Leis do Trabalho, traduz a ideia de “unidade econômica que dirige a prestação dos serviços”, não cabendo distinção quanto ao local de trabalho específico dos empregados. Com esse entendimento, a 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou uma empresa de Mossoró (RN) a pagar horas extras a um auxiliar de escritório por não ter apresentado os

RADAR TRABALHISTA

cartões de ponto.

[Trabalhadora tem direito a intervalo para amamentar com uso de fórmula](#)

Consultor Jurídico - 14/05/2026

Em decisão unânime, a 11ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo) reconheceu o direito de uma trabalhadora lactante aos intervalos para amamentação, independentemente do uso de fórmula infantil pela criança. A decisão destaca que a proteção à infância deve prevalecer com absoluta prioridade, conforme previsto na Constituição Federal e nas diretrizes do Pacto Nacional pela Primeira Infância.

[Fiesp vai à Justiça Federal para pedir anulação de trechos da NR-1](#)

Consultor Jurídico - 12/05/2026

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) ingressou na Justiça Federal com ação civil pública com pedido de tutela antecipada para anular itens da Norma Regulamentadora 1 (NR-1), que exigirá das empresas o gerenciamento de riscos psicossociais relacionados ao trabalho. Apesar de não fixar valores para multas, a norma prevê a aplicação de penalidades para quem descumprir seus comandos a partir do próximo dia 26, quando entrará em vigor.

[ANAMT e ACEMT lançam curso sobre PCMSO com foco em aplicação prática e atualização normativa](#)

Revista Proteção - 13/05/2026

A Associação Nacional de Medicina do Trabalho, em parceria com a Associação Cearense de Medicina do Trabalho, anuncia a realização do curso "PCMSO 360": uma formação voltada à capacitação prática de médicos da especialidade e profissionais em formação

RADAR TRABALHISTA

para elaboração, implementação e avaliação do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional).

[APAMT realiza curso sobre atualização da NR-17 e interface com a NR-1](#)

Revista Proteção - 13/05/2026

Médicos, médicos do trabalho ou profissionais de áreas afins interessados em ficar atualizados sobre as mudanças na NR-17 e na NR-1 podem participar de atividade sobre esses temas preparada pela Associação Paranaense de Medicina do Trabalho (APAMT). O curso acontece nos dias 22 e 23 de maio, sendo que a participação garantirá 5 pontos para fins de avaliação curricular pela Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT).

[OIT lança versão em português de guia global para ajudar a acelerar ações pela igualdade salarial entre mulheres e homens](#)

Organização Internacional do Trabalho - 15/05/2026

O Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o Brasil lançou na quarta-feira (13) a versão em português do guia "[Rumo à igualdade Salarial: Uma resposta abrangente à disparidade salarial de gênero](#)", nova referência internacional voltada à promoção da igualdade salarial para trabalho de igual valor. O guia baseia-se no Guia sobre Igualdade Salarial da OIT de 2013 e incorpora as mais recentes conclusões sobre como alcançar a igualdade salarial para trabalho de igual valor.

[CBIC participa de reuniões estratégicas sobre PEC do fim da escala 6x1](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 15/05/2026

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) participou, nesta quarta-feira (13), de duas reuniões estratégicas para discutir os impactos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê o fim da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho. Os encontros reuniram representantes do setor imobiliário e da construção civil com parla-

RADAR TRABALHISTA

mentares envolvidos diretamente na tramitação da proposta no Congresso.

[NR-17 estabelece diretrizes para organização do trabalho e prevenção de riscos ergonômicos](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 15/05/2026

A organização do trabalho, conforme estabelece a NR-17 (Ergonomia), tem como objetivo adequar as condições laborais às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de forma a prevenir doenças ocupacionais e lesões, além de promover conforto, segurança e desempenho eficiente das atividades.

[Escala 6x1: Motta decide votar PL do Governo em conjunto com PEC da Câmara](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 14/05/2026

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (REP/PB), firmou acordo com o Governo para viabilizar a tramitação do Projeto de Lei do Poder Executivo (PL 1838/2026), em articulação com as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) já em análise sobre o tema. O anúncio ocorreu após reunião entre Motta; o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), José Guimarães; o ministro do Trabalho e Emprego (MTE), Luiz Marinho; o ministro do Planejamento e Orçamento (MPO), Bruno Moretti; e integrantes da Comissão Especial (CESP) responsável pela análise da matéria.

RADAR TRABALHISTA

Atos Normativos

[PORTARIA MTE Nº 817, DE 8 DE MAIO DE 2026](#) (DOU de 11/05/2026 Seção I Pág. 193) - Prorroga o prazo de suspensão conferido pela Portaria MTE nº 779, de 19 de maio de 2025;

[AVISO DE CONSULTA PÚBLICA](#) (DOU de 13/05/2026 Seção III Pág. 157) - Proposta de novo texto para o Anexo I - Relação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE (Versão 2.0), com o correspondente Grau de Risco - GR, da Norma Regulamentadora nº 4 - Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho;

[CIRCULAR Nº 1.114, DE 12 DE MAIO DE 2026](#) (DOU de 13/05/2026 Seção I Extra Pág. 01) - Divulga o cronograma de disponibilização de serviços ao trabalhador necessários à operacionalização do uso do FGTS no âmbito do Novo Desenrola Brasil, Medida Provisória 1.355, de 04 de maio de 2026; publica o Manual de Orientação às Instituições Financeiras - Saque Extraordinário do FGTS no âmbito do Programa Novo Desenrola Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.355, de 04 de maio de 2026”.

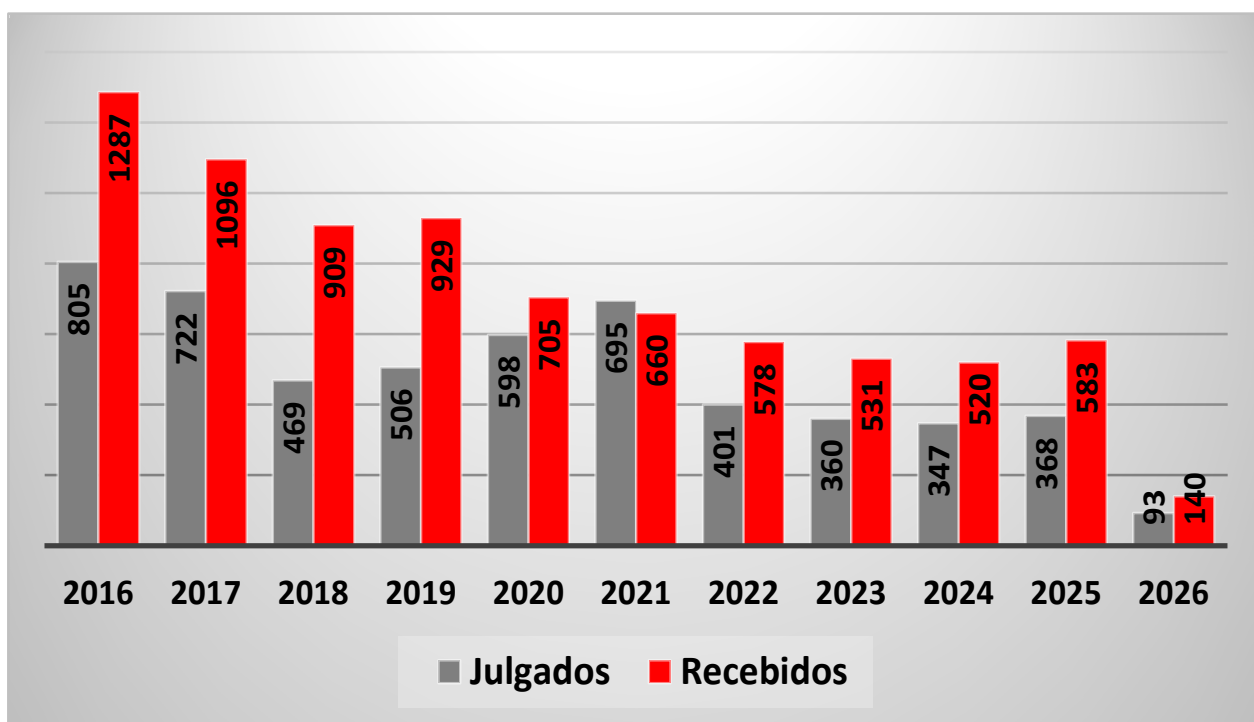
[PORTARIA MTE Nº 836, DE 13 DE MAIO DE 2026](#) (DOU de 15/05/2026 Seção I Pág. 179) - Altera a redação da alínea “d” do item 18.12.1, inclui os subitens 18.9.1.1 e 18.12.5 e inclui conceito no glossário da Norma Regulamentadora nº 18 - Condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção, aprovada pela Portaria SEPRT nº 3.733, de 10 de fevereiro de 2020;

[PORTARIA MPS Nº 822, DE 14 DE MAIO DE 2026](#) (DOU de 15/05/2026 Seção I Pág. 130) - Estabelece, para o mês de maio de 2026, os fatores de atualização dos pecúlios, das parcelas de benefícios pagos em atraso e dos salários de contribuição para cálculo da renda mensal inicial dos benefícios pelo INSS.

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Série histórica de Dissídios Coletivos recebidos e julgados na Justiça do Trabalho (TRTs e TST) no período de 2016 a 2026 (abril/26):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

RADAR TRABALHISTA

Expediente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Renato Correia
Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho
Presidente Executivo

COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin
Vice-presidente da CPRT/CBIC

Gabriela Serafim
Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

QUEIROZ NETO ADVOGADOS

Clovis Veloso de Queiroz Neto
Consultor CBIC e Responsável Técnico